

CARTA ABERTA DOS/DAS ENCONTRISTAS DO I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIDORES E SERVIDORAS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO E SUBSEÇÕES

Reunidos no I Encontro Estadual de Servidores e Servidoras do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Subseções, aproveitamos para reiterar o nosso compromisso com a defesa intransigente dos interesses da categoria, sejam eles ligados à qualidade de vida dos servidores ou relativos à percepção do judiciário pela sociedade, uma vez que prestamos um serviço relevante e necessário.

Os temas abordados neste encontro são diretamente relacionados ao atual momento que passamos, em que a pandemia de Covid-19 ainda não se extinguiu por completo e estamos às voltas com o retorno das atividades e as mudanças que esta situação traz para as relações de trabalho.

Porém, esse não é o único enfrentamento que temos adiante, uma vez que há inúmeros ataques sendo feitos ao judiciário de âmbito federal.

Em relação a Justiça do Trabalho tivemos a reforma trabalhista que restringiu o acesso à mesma pelos trabalhadores, a reestruturação feita pelo CSJT que retirou funções, diminuiu a lotação paradigma de servidores nas varas e na administração, desestruturando o funcionamento e escondendo o déficit de servidores.

Já a Justiça Eleitoral vem sendo alvo de seguidas manifestações do presidente da república, sugerindo levianamente a existência de fraudes no processo eleitoral, sem apresentar nenhuma prova para sustentar tais ilações, assim como as agressões verbais pessoalmente dirigidas a ministros do TSE e da Suprema Corte, aos integrantes do parlamento brasileiro e aos servidores da Justiça Eleitoral.

A Justiça Militar, por sua vez, vem lidando com o desafio de ver grande parte de suas vagas destinadas a servidores civis concursados serem ocupadas por militares indicados em cargos em comissão, intensificando assim as relações de assédio no ambiente de trabalho, já que a hierarquia militarizada não se adequa ao ambiente do serviço público civil.

As ameaças comuns a todo o judiciário são:

- A manutenção do Teto de Gastos, que cria restrições orçamentárias, impedindo ou dificultando muito a concessão de recomposições salariais, sucateando as condições de trabalho dos servidores através de diminuição de investimentos em capacitação e treinamento, não modernização de equipamentos, não realização de concursos público acarretando a redução dos quadros com a não reposição de servidores por aposentadoria, óbito e saída por aprovação em concurso público, entre outras coisas, e com a consequente redução da prestação jurisdicional por falta de quem exerça a função, seja pela falta de reposição de pessoal ou pelo seu adoecimento com a sobrecarga de trabalho;

- A PEC-32/2020 - também conhecida como reforma administrativa – e projetos similares, que fragilizam vários direitos e retiram a estabilidade, condição dos servidores para prestar um serviço de qualidade livre de influência política e interesses pessoais, abrindo espaço para a permissividade e o apadrinhamento político nas nomeações para cargos públicos, redução da carga horária com a respectiva redução de jornada em até 25% que restringe a prestação de serviços ao usuário, acelera a privatização dos serviços públicos, quando estabelece o regime de cooperação entre público e privado, onde empresas privadas serão pagas para gerir o serviço

público com a estrutura do que é público. Esses projetos são de âmbito geral e atingirão todos os servidores, piorando muito a prestação de serviços para quem mais precisa, a sociedade em geral e os menos favorecidos especificamente.

Diante de tão graves ameaças manifestamos o nosso compromisso de dedicação e esforço para, ao lado da categoria, combater esses retrocessos e garantir que continuemos sendo respeitados e valorizados.

Há muito pelo que lutar.

Que possamos permanecer firmes e unidos como uma única categoria, por nós, pela sociedade e pela importante função que desempenhamos em nosso país. Seguiremos trabalhando arduamente.

Enfrentaremos juntos os desafios.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2021.